

“A AIA VIGILANTE”: UM MANUAL SOBRE REGRAS E INSTRUÇÕES DE COMO EDUCAR MENINOS NOBRES, PORTUGAL (SÉCULO XVIII)

FERNANDO RIPE¹; GIANA LANGE DO AMARAL²

¹Universidade Federal de Pelotas – fernandoripe@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – gianalangedoamaral@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo que por ora apresentamos compõe parte do tema de investigação do projeto de doutoramento, intitulado inicialmente por “*A constituição do sujeito infantil moderno a partir da Literatura de Comportamento Social no espaço Luso-brasileiro do século XVIII*”, que vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação.

Tal interesse se justifica pelo fato de que entre os séculos XVII e XVIII, foi crescente, em Portugal, a escrita e a publicação de obras que se enquadram na categoria “Literatura de Comportamento Social”. Tratam-se, em sua maioria, segundo a historiografia portuguesa e o campo da História da Educação, de manuais pedagógicos, de bom comportamento e de virtudes, geralmente baseados na moral cristã-católica ocidental. Tal categoria literária caracteriza-se por recomendar e prescrever aos seus leitores determinadas normas de comportamento e ensinamentos morais para grupos sociais mais abastados que possuíam interesse nos hábitos e costumes próximos ao da Corte portuguesa.

Ainda que no período moderno, o domínio da cultura escrita fosse limitado tanto em Portugal, quanto, e principalmente, na América portuguesa, a difusão da escrita e da imprensa, especialmente com a divulgação das ideias iluministas, possibilitou a difusão discursiva de uma série de preceitos reguladores da vivência social, percebemos que, não obstante, a sociedade lusitana também tinha interesse pelas atitudes e comportamentos associados à alta nobreza. Nesse sentido que o processo de educação em Portugal passou a ser firmado como um eficiente meio de divulgação e instrução das boas maneiras, da polidez, da cortesia, entre outros modelos que conduziriam os sujeitos infantis a um específico e desejado tipo de comportamento social. Tal processo educativo materializava-se através de textos que codificavam as modificações nos pensamentos e nas condutas de um privado moderno. Entretanto, vale lembrar a argumentação de Jacques Revel (2009, p. 171) de que a publicação destes conjuntos de normativas “descrevem condutas prescritas e não condutas reais”.

A aprendizagem da civilidade (...) permite disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre os corpos e impor à coletividade das crianças uma mesma norma de comportamento sociável, e tem a vantagem de permitir que a criança exerça sobre si mesma constante controle de seu tempo, de suas ocupações e de suas atitudes. São regras que de manhã à noite, devem reger não só o exercício religioso e o trabalho escolar como o conjunto dos comportamentos cotidianos das crianças (REVEL, 1991, p. 176).

Sendo assim, nos propomos a analisar as estratégias e os discursos orientadores de certas práticas educativas que enfatizavam a normatização das condutas de meninos nobres e os processos de civilidade esperados destes

sujeitos infantis, prescritos na obra *A aia vigilante, ou reflexões sobre a educação dos meninos, desde a infância até á adolescencia* (1767), de autoria de uma destacada aia do período pombalino, a francesa D. Joanna Rousseau de Villeneuve.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, que aqui se apresenta, se insere nos estudos que se fundamentam teoricamente na História da Educação a partir da filosofia de Michel Foucault (1987, 1995, 2001, 2007) ao propor a análise dos discursos morais, presentes em uma específica obra atentando para as noções de normatização e sobre os modos de constituição do sujeito infantil na modernidade.

Para a análise das estratégias e dos discursos sobre as práticas educativas de meninos nobres identificamos, na obra "*A aia vigilante*" uma série de enunciados que se dedicam integralmente aos aspectos valorativos e morais na formação dos meninos, bem como promovem a vigilância e a punição como *dispositivos* normativos e modeladores do comportamento social pueril da época. Vale lembrar que estes *dispositivos* foram ideais para divulgar regras de conduta e de etiquetas, mas que também conduziaram os leitores a um determinado tipo de comportamento ético e moral que valorizava tanto as relações sociais como a doutrinação cristã.

Para a elaboração do levantamento destes enunciados contamos com uma versão digital da obra, de autoria da aia Joanna Villeneuve publicada em Lisboa no ano de 1767, que se encontra disponível no acervo virtual da Biblioteca Nacional de Portugal.

A partir do prólogo escrito pela aia e pelas licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço procuramos perceber o contexto em que a obra foi produzida, seus potenciais leitores, quais as condutas infantis eram desejadas pela autora e destacar quais processos de civilidade ganham realces na escrita da aia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O século XVIII português foi caracterizado por um processo particular de influência iluminista. As transformações políticas, administrativas, econômicas e culturais ocorridas, em terras lusas, dividiam legitimidade entre os esforços intelectuais iluministas que se propagavam por toda Europa e a forte atuação da Igreja Católica no Estado. Após a metade dos setecentos, com a ascensão de Dom Sebastião de Melo e Carvalho (1699-1772) como Marquês de Pombal ao cargo de Secretário de Estado, a educação iluminista passou a ser a principal matriz das reformas educacionais. Neste cenário reformista, o modelo idealizado de educação está centrado na figura do nobre. Nesse sentido, que a obra que analisamos ganha um peculiar destaque, visto que D. Joanna Rousseau Villeneuve era a aia da condessa de Oeiras, esposa e mãe dos filhos do Marquês de Pombal.

O público-alvo de Villeneuve eram pais, mães, outras aias e mestres que, interessados nos modelos educativos, gostariam de educar seus filhos para uma vida adulta honesta, virtuosa e cheia de reputação. Aos pais e às mães caberiam vários alertas, como o prejuízo que o excesso de zelo, amor e afeto poderia causar à educação. Nesse sentido, eram inúmeras as normatizações das condutas e os indicativos de como e em quais casos deveriam ocorrer as severas punições.

Vale ressaltar que a educação pedagogizada realizada no século XVIII tanto por Mestres ou preceptores nos lares, como nas precárias escolas e colégios portugueses, era de restrito acesso, garantida apenas para os mais abastados. A percepção da importância de se educar bem na infância é valorada aos filhos daqueles que pertenciam aos círculos mais favorecidos economicamente – a “esperança da nação” – já que as crianças mais pobres não iriam interferir no futuro promissor da nação:

Assim são creados, não digo os filhos dos particulares, cuja má educação he para elles menos perigosa, e para a sociedade menos importante, mas os filhos dos Grandes, e dos Ricos, que são a esperança da Nação, e que pela sua riqueza, dignidade, ou nascimento, influirão muito algum dia em seus costumes, e talvez em seu destino, e gloria (VILLENEUVE, 1767, p. 28).

Todo o esforço educativo – que não eliminava a punição, os castigos e as privações – visava à moral e à civilidade, ou seja, um comportamento de dimensão exterior e social, bem como de refinamento moral e afetivo. A dimensão exterior refere-se aos aspectos relacionados com os padrões de comportamento, as prescrições acerca da postura, atitudes respeitadas, situações e acontecimentos sociais, um olhar vigilante sobre a conduta dos outros. Essas eram estratégias que garantiriam a distinção social. Já o refinamento moral garantiria a polidez e a sensibilidade esperada de um homem nobre.

4. CONCLUSÕES

No manual escrito por Villeneuve o exercício da vigilância funcionava como um dispositivo que aplicava a disciplina através do “jogo do olhar”. Nesse sentido, operou como elemento de um mecanismo, cujas técnicas que permitiram ver, induziram efeitos de poder. Tais escritos de comportamento podem ser vistos enquanto *dispositivos* de vigilância e punição ideais para divulgar regras de conduta, mas que também conduziam os leitores a um determinado tipo de comportamento moral e virtuoso que valorizava as relações sociais com forte embasamento na doutrina cristã-católica.

Educar um menino implicava uma série de compromissos e responsabilidades por parte daqueles responsáveis diretamente por esta educação. Não bastavam “discursos eloquentes” ou simplesmente “frases elegantes”, era preciso reprimir, fazer obedecer, punir, castigar, premiar sutilmente. Pensava-se constantemente no futuro: a conduta moral defendida dizia respeito ao papel esperado não apenas da criança, mas do futuro homem adulto.

Vários foram os dispositivos e estratégias para disciplinar a criança, para condicionar a obediência. O manual tinha essa característica de fazer com que os adultos inculcassem nas crianças determinados hábitos. Tais hábitos estavam ligados à naturalização da subordinação, da obediência e do respeito a todos, principalmente aos pais.

Os ditames apresentados por Villeneuve eram práticas que, a partir da vivência de Corte, eram tidas como legítimas e adequadas para a constituição do sujeito. Todas as normas, regras e sugestões da aia seguiam esta lógica formativa, constitutiva do sujeito. O discurso da aia certamente era compartilhado por pais que desejavam moldar o caráter de seus filhos ao modelo moral socialmente aceito entre a parcela abastada da população.

A partir da análise que empreendemos, extraindo passagens selecionadas da obra, foi possível demonstrar os discursos considerados de “bom comportamento” e de “boa educação” para um contexto político, histórico e espacial específico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-259.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: Vontade de Saber**. Trad. Maria T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

REVEL, J. As praticas de civilidade. In: ARIÉS, Philippe. DUBY, Georges, D. **História da vida privada: Do Renascimento ao Século das Luzes**, V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VILLENEUVE. Joana Rosseau. **A aia vigilante ou reflexão sobre a educação dos meninos, desde a infância até a adolescência**. Lisboa: Oficina de Antonio Vicente da Silva, 1767.